

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA CONGREGAÇÃO DAS CLARISSAS FRANCISCANAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO PARA AS ORFÃS POBRES E DESVALIDAS*

Maria Helena Silva (UFVJM)
Ana Cristina Pereira Lage (UFVJM)

Resumo

O presente artigo analisa a política de abrigo e caridade a partir da atuação da Congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento no amparo e educação de meninas órfãs e pobres do Orfanato Santo Antônio em Curvelo/MG, no início do século XX. Nesse sentido, o objetivo geral é identificar as práticas educativas da congregação das Irmãs Franciscanas do Santíssimo Sacramento. O procedimento metodológico é de caráter documental histórico, tendo como fontes os documentos oficiais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Colégio Franciscano Santo Antônio, antiga sede do Orfanato Santo Antônio. Sobre a atuação das congregações religiosas na prática de abrigo e educação da infância no Brasil nos séculos XIX e XX temos como aporte teórico Rizzini (1997), Lage (2007; 2011), Leonardi (2011) entre outros. A análise das referências bibliográficas revelou que as congregações religiosas introduzidas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX foram fundamentais para o projeto de formação da nova sociedade brasileira. A partir da política de amparo e educação às meninas pobres, para torná-las seguidoras dos princípios cristãos e exemplos de mulher para a família, esposa, mãe e ainda servirem de mediadoras entre a Igreja e a sociedade. E neste caso, será tratada com especial importância a atuação da congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento, no amparo e educação de órfãs pobres e desvalidas da cidade de Curvelo, na década de 1920.

Palavras-chave: educação; infância; orfanato; congregações religiosas.

1 Introdução

Compreender a atuação da congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento na educação de órfãs pobres e desvalidas em Curvelo no início do século XX é parte de uma pesquisa de mestrado em Ciências Humanas, a qual possibilitou perceber o quanto o trabalho desenvolvido por essa congregação colaborou para a política assistencialista, protetiva e educativa nas primeiras décadas do século XX, no que se refere à infância pobre, em Curvelo, Minas Gerais.

A introdução de congregações religiosas no campo da educação em Minas Gerais foi produto de um movimento ocorrido em esfera nacional que se intensificou nas últimas décadas do século XIX, quando novas congregações, principalmente femininas, foram introduzidas no Brasil, com a missão de educar crianças pobres, baseadas nos preceitos da ordem e da moral, inspiradas nos valores e comportamentos na infância considerados como necessários para os futuros adultos da nação. Neste contexto, Costa (2014), expõe a importância da Igreja Católica representada pelas ordens e congregações religiosas na construção da história da infância no Brasil, em especial por ser a primeira instituição social a promover a caridade, com acolhimento, proteção e educação às crianças abandonadas, dentro dos princípios cristãos.

Nesse sentido, apontamos como o objetivo principal identificar as práticas educativas da congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo

* XIII Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online

Sacramento, em documentos da congregação e de outros documentos oficiais. A partir de um estudo de caráter documental histórico, quando serão realizadas pesquisas no arquivo permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (seção Curvelo) e que discorre sobre a fundação e inventário do Orfanato na década de 1920 e ainda, documentos da própria Instituição sobre as atividades da Congregação no período em estudo. A análise das fontes será baseada nos seguintes autores: Rodrigues (2003), e sua obra “Missão no Brasil das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento”; Venâncio (1997); Trindade (1999); Oliveira (2011); Costa (2014), entre outros autores que possibilitam contextualizar as práticas educativas desta congregação no início do século XX.

O artigo está dividido em três partes. No primeiro momento desenvolvemos uma discussão histórica a fim de pontuar a participação das congregações religiosas no campo da assistência e educação da infância no território brasileiro nos séculos XIX e início do XX. Posteriormente elucidamos sobre a origem da congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento e, no último momento propomos analisar a missão educativa desenvolvida por essas religiosas junto às órfãs de Curvelo (MG) no início do século XX.

Pontuamos ainda, a participação da Diocese de Diamantina, representada pelos Bispos Dom João Antônio dos Santos e Dom Joaquim Silvério de Souza como mediadores para a instalação do Orfanato. O discurso ultramontano do bispado de Diamantina, aliado às necessidades da população da região, em especial a cidade de Curvelo, carente de instituições educativas para meninas, no período em estudo.

2 Desenvolvimento

A institucionalização da infância e adolescência pobre no Brasil, na passagem do século XIX para século XX foi impulsionado pela ideia de oportunizar educação às crianças pobres e órfãs, no sentido de prepará-las para o trabalho, no caso das meninas, o trabalho doméstico, para ocupar o seu lugar na sociedade, como esposa, mãe e dona de casa; com estímulo à dignificação do trabalho a essas crianças, pautado na educação moral e dos bons costumes.

Os Asilos também foram grandes responsáveis pelo recolhimento da infância e adolescência desvalida, principalmente no século XIX, impulsionados pela “ideia de propiciar educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas, preparando-os(as) para ocupar o seu lugar na sociedade. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 21).

A Igreja Católica, representada pelas ordens e congregações religiosas teve fundamental importância na participação da história da infância no Brasil, sobretudo por ser a primeira instituição social a promover políticas de acolhimento, proteção e educação às crianças abandonadas dentro dos princípios da caridade. Conforme aponta Rizzini (2009), a Igreja promovia a prática de recolhimento fundamentada na ideologia cristã de amparo aos desvalidos em parceria com o Estado, para a manutenção de instituições asilares administradas pela Igreja. Para Lage (2007), no Brasil, os representantes eclesiásticos ultramontanos investiram principalmente na formação e reformulação dos quadros clericais, no incentivo à catequese e na criação de novas associações devocionais e educativas católicas. Além disso, torna-se necessário considerar que havia um clero dividido: uma parte identificada com o Iluminismo e com o Liberalismo; e outra conservadora, que

condenava as ideias de modernidade e se adequava aos princípios ultramontanos¹. No século XIX, o discurso foi direcionado à necessidade de implantação e fortalecimento da educação feminina, com o consenso entre os liberais, ou seja, os que defendiam a escola pública e aqueles que sustentavam o ideário ultramontano com a ampliação das escolas confessionais.

As pesquisas em História revelam que a atuação das congregações junto às crianças brasileiras já ocorria desde o período colonial com os jesuítas. O trabalho exercido pela Companhia de Jesus, principalmente no âmbito educacional guiou as atividades de futuras congregações que da mesma forma concentraram suas missões às crianças pobres e abandonadas.

As missões de caridade e educação de congregações posteriores aos Jesuítas são datadas do século XVIII com a instauração das primeiras instituições de assistência e educação de crianças órfãs em diversas localidades do Brasil. Para Rizzini e Rizzini, (2004), os recolhimentos de órfãs e os colégios de órfãos do século XVIII surgiram principalmente de iniciativas de irmandades religiosas e de eclesiásticos.

No caso específico de Minas Gerais, Lage (2011) aponta que, no início de 1849, chegaram 12 filhas de Caridade para exercer diversas atividades em solo mineiro, e esse foi o primeiro grupo de vicentinas encaminhado ao Brasil, bem como a primeira Congregação feminina que se instalou em Minas Gerais. A importância desta instalação relaciona-se às atividades que praticavam naquele momento e que propuseram implantar na província, especialmente para a educação confessional feminina.

As práticas educativas exercidas nesses espaços eram norteadas pela religião católica e se diferenciavam por sexo. O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. Neste sentido, Rizzini e Rizzini (2004) expõem que as práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos orfanatos para meninas órfãs.

As instituições organizadas pelas congregações femininas tinham o intuito de amparar as crianças pobres, sobretudo, as desprovidas de recursos econômicos vindas de famílias extremamente pobres, mas também cuidava da educação das crianças vindas das famílias mais abastadas, para manutenção da instituição.

Inicialmente propuseram o desenvolvimento de diversas obras caritativas em Mariana, mas logo voltaram as suas atenções para a educação feminina: órfãs, pobres ou ricas. O acolhimento das meninas mais abastadas estava relacionado à manutenção financeira das demais obras da Congregação, mas foi especificamente a prática educativa que proporcionou o distanciamento dos princípios originais, ocasionando mudanças na cultura organizacional, por meio do desenvolvimento, fortalecimento e expansão do Colégio Providência, (LAGE, 2011, p.68).

A missão da igreja de cuidar dos mais pobres se consolidou durante o século XIX com a intensificação do processo de imigração e formação de novas congregações no

¹ “Em uma definição bastante esquemática, entende-se por catolicismo romanizado ou ultramontano aquele catolicismo praticado entre 1800 e 1960, nos pontificados de Pio VII a Pio XII, informado por um conjunto de atitudes teóricas e práticas, cujo eixo de sustentação se apoiava em: 1) reforço do tradicional magistério, incluindo-se a retomada do tomismo como única filosofia válida para o cristão aceitável para a Igreja; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se, para isso, a infalibilidade do Papa, no Concílio do Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado, submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) adoção do medievalismo como paradigma de organização social, política e econômica. O objetivo dessa política era, de imediato, preservar a instituição em face das ameaças do mundo moderno e, a médio e longo prazo, recristianizar a sociedade, de modo a recolocar a Igreja como centro do equilíbrio mundial.” (MANOEL, apud. LAGE, 2007, p. 18)

Brasil, o que permitiu também alicerçar o lugar da Igreja Católica na educação das camadas mais pobres da população, principalmente, no que diz respeito ao processo educativo da infância desvalida, segmento social considerado mais sensível aos valores da modernidade.

Neste contexto, Costa (2014), expõe a importância da Igreja Católica, representada pelas ordens e congregações religiosas na construção da história da infância no Brasil, em especial por ser a primeira instituição social a promover a caridade, com acolhimento, proteção e educação às meninas pobres, dentro dos princípios cristãos. Por isso, ao assumir a administração destas instituições é resultado também da política de romanização da Igreja Católica que acreditava ser a genuína educadora do povo, quando concebia a educação cristã como único caminho à construção de uma sociedade moralista e de paz (COSTA, 2014).

3 A origem da Congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento

A Congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento (CFMSS) foi fundada em 1898, na cidade de Bertinoro, Itália, por Madre Serafina Farolfi. Em 1907, o convite do bispo da diocese de Diamantina, representada por Dom Joaquim Silvério de Souza, motivou a abertura da missão da congregação no Brasil. Quatro irmãs italianas - Bernardina, Ana, Benedita e Francisca - fizeram a viagem de um mês, por terra, mar, navio costeiro, trem, a cavalo até atingir o local da missão. O trabalho inicial das missionárias em Itambacuri, na região norte de Minas Gerais, agradou tanto que logo foram surgindo convites para a abertura de mais comunidades.

Inicialmente a Congregação, abriu seu primeiro colégio no aldeamento indígena dirigido pelos frades capuchinhos em Itambacuri, região ainda coberta de mata, onde viviam vários povos indígenas genericamente chamados botocudos. As primeiras alunas matriculadas no colégio eram meninas órfãs indígenas, seguidas por filhas dos colonos que viviam na região. Com a vinda de mais missionárias italianas, as irmãs aceitaram o convite para administrar o Hospital Nossa Senhora da Saúde, em Diamantina, e, em 1910, foi aberto o segundo colégio na mesma diocese, em Conceição do Mato Dentro.

De acordo com Rodrigues (2002), a educação de meninas pobres era a principal missão das Clarissas Franciscanas Missionárias, uma vez que a origem da Congregação se deu com trabalhos educativos com meninas pobres na Itália, na cidade de Bertinoro onde havia necessidade de escolas para jovens do sexo feminino.

Diante disso, elucidamos a história da Congregação das Clarissas Franciscanas Missionárias, no período de 1920 a 1930, a fim de analisar as práticas educativas desta congregação e, sobretudo, identificar as suas ações educativas e as contribuições no âmbito da história da educação.

Com o pedido da diocese de Diamantina, a Congregação partiu em Missão rumo à cidade de Curvelo, região central de Minas, representada pela Madre Laurentina, em companhia da irmã Constantina para a fundação do Orfanato Santo Antônio, em 1921. Segundo Carmen Rodrigues (2003), a comitiva religiosa foi recebida, na cidade de Curvelo, na praça da estação, por uma pequena multidão, com presença de muitas autoridades locais, quando foram saudadas com um discurso caloroso do sr. Cícero Marques Vianna, cunhado da senhora Raimunda Marques, doadora do imóvel para as instalações do Orfanato. A finalidade do orfanato era atender às crianças pobres e desvalidas da cidade de Curvelo, considerando os propósitos da doadora do imóvel, que serviu de sede para a instituição.

Vale salientar que, assim que a obra educativa foi se fortalecendo, passou a receber cada vez mais órfãs. A educação ofertada às meninas era ministrada pelas religiosas da

congregação que, além de lecionar, tinham a responsabilidade de administrar a instituição e de arrecadar fundos junto à comunidade para a manutenção do Orfanato.

Carmem Rodrigues (2003) relata em sua obra que a partir de 1923 criou-se uma Escola Particular Primária, em anexo ao Orfanato, com intuito de atender às filhas dos fazendeiros da Cidade de Curvelo-MG e região e, com isso, angariar fundos para a manutenção do Orfanato.

4 Conclusão

A partir da análise das referências bibliográficas levantadas até este momento é possível detectar a importância das ordens e congregações religiosas para a História da Educação e da Infância no Brasil, especificamente no amparo, educação e assistência da infância pobre, além de serem também grandes colaboradores do processo de formação da sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Benedito Gonçalves. A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888. **Dissertação de Mestrado em Educação**. Belém: Universidade do Estado do Pará, 2014.

LAGE, Ana Cristina Pereira. A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul- mineira no início do século XX. **Dissertação de Mestrado em Educação**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões vicentinas. Particularidades políticas e religiosas em Lisboa e Mariana oitocentistas. **Tese de Doutorado em Educação**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LEONARDI, Paula. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, p. 103-129, 2011.

OLIVEIRA, Livia Gabriele de. A presença da Igreja nas ações abolicionistas no norte mineiro: O caso do bispado de Diamantina. **Dissertação de Mestrado em História**. Ouro Preto/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU, 1997.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

RODRIGUES, Carmem. **Missão no Brasil das Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento**. Belo Horizonte: Editora Telecart, 2003.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: **Revista Brasileira de História**. V.19, n. 37, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881999000100003&lng=en